

PROPOSTA: ESTATAIS COM CAPITAL ESTRANGEIRO.

O governo pode incluir as grandes estatais no projeto de conversão da dívida externa. Essa é uma das principais propostas do documento "Programa de Privatização — O Grande Desafio", elaborado pelo secretário do Conselho Interministerial de Privatização, David Casimiro Moreira, e obtido com exclusividade pelo **Jornal da Tarde**. O documento destaca que a viabilidade da proposta depende da regulamentação de mecanismos de conversão da dívida e que "não há qualquer razão que impeça ou iniba a participação de capital estrangeiro em processos de privatização", desde que o controle seja nacional.

Apesar de o documento apontar a necessidade de implantação de um amplo programa de privatização das empresas estatais, como forma de fazer com que o Estado retorne ao seu papel constitucional de complementaridade ao setor privado na organização e exploração direta das atividades econômicas, o Conselho Interministerial de Privatização considera modesto o programa do governo nele estão incluídos. Isso porque, apenas

5% do ativo total do setor produtivo estatal.

Para que se possa ter uma visão da carteira atual do programa, em relação ao universo global das empresas estatais, o documento traz as seguintes informações: número de empresas estatais do setor produtivo e financeiro: 226; número de empresas estatais do setor produtivo: 179; número de empresas estatais do setor produtivo incluídas no programa: 65; porcentagem de privatizáveis em relação ao universo estatal do setor produtivo: 28%; e porcentagem do ativo total do setor produtivo estatal incluído no programa: 5%.

Resistência

Segundo o documento "deve ser esperada resistência à mudança, pois se trata de algo inerente à natureza das pessoas e das organizações". O Conselho Interministerial de Privatização está consciente também de que existem outros tipos de resistências a esse projeto, tais como: "A que decorre do desconhecimento, da desinformação e a que decorre do puro preconceito e do interesse menor, seja pessoal ou de grupo". E propõe a ade-

A sugestão é de um documento elaborado pelo secretário do Conselho Interministerial de Privatização: incluir as grandes empresas públicas no projeto de conversão da dívida externa. A única exigência é que o controle acionário permaneça com o País.

são de lideranças políticas, comprometidas com a ideia de modernização e transformação, para que o programa alcance sucesso.

O secretário David Casimiro Moreira deixa claro a necessidade de "enfrentarmos mitos com coragem e determinação". No seu entender, é preciso estimular e sinalizar a iniciativa privada, estimulando o empresário empreendedor, bem como modernizando o capitalismo brasileiro, através da desregulamentação e do incentivo ao investimento produtivo.

Um dos objetivos finais do pro-

grama consiste em tornar possível o crescimento econômico auto-sustentado orientado para "o resgate da enorme dívida social acumulada ao longo do tempo". E mais uma vez David Casimiro Moreira ressalta que "o tema privatização ainda passa por questionamentos ideológicos, políticos e até operacionais, além de padeecer da indiferença ou descrédito de expressivos setores da sociedade".

Na opinião do secretário do Conselho Interministerial de Privatização, os critérios de enquadramento do programa "nem sempre são claros

e precisos", como por exemplo aqueles que definem as empresas não privatizáveis. Os limites atuais que compreendem o conjunto de empresas cujo controle acionário não será transferido à iniciativa privada são os seguintes: empresa submetida ao regime legal de monopólio estatal; empresa incumbida de atividades diretamente vinculadas à Segurança Nacional; e empresa responsável pela operacionalidade de infra-estrutura econômica ou social básica, produtora de insumos de importância estratégica, cujo controle a União mantenha para viabilizar o desenvolvimento do setor privado, "sem com ele competir".

Lógica

O documento do governo destaca que uma das "lógicas da decisão" do programa está no fato de que países como a França, a Inglaterra, o Japão, a Itália, a Espanha, a Áustria, a Suécia, a Holanda e a Finlândia estão promovendo programas de privatização que envolvem a venda de empresas estatais para grupos privados. "Até mesmo nos Estados Unidos se

pode observar essa tendência, especialmente na privatização da gestão de alguns serviços públicos". Da mesma forma, outros países — entre os quais México, Venezuela, Argentina, Chile, Tailândia, Singapura, Índia, Malásia, Paquistão, Turquia, Nigéria e Senegal — promovem esforços de reestruturação do setor público.

No caso brasileiro, os principais fatores que determinam a evolução do programa de privatização são os seguintes: necessidade de ajustes nas finanças do governo, através da redução do déficit público ao eliminar-se os subsídios a empresas estatais; busca de novos elementos de estímulo ao investimento produtivo, face a dificuldades financeiras crônicas do Estado; insatisfação com a eficiência de algumas empresas estatais que operam em mercados competitivos e não dispõem da indispensável flexibilidade; mudanças profundas nas estruturas de oferta e demanda de mercados de bens e serviços a nível nacional e internacional; e liberação de recursos humanos em áreas prioritárias.

Elizabeth Lopes, AE Brasília